



Vol. 12, Nº 26 (junio/junho 2019)

O TURISMO EM LAGOAS COSTEIRAS NO SUL DO BRASIL: CONTRIBUIÇÃO DOS VISITANTES AO DESENVOLVIMENTO DO USO SUSTENTÁVEL

Leonardo Reichert¹
Rosane Maria Lanzer²

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Leonardo Reichert y Rosane Maria Lanzer (2019): “O turismo em lagoas costeiras no sul do Brasil: contribuição dos visitantes ao desenvolvimento do uso sustentável”, Revista Turydes: Turismo y Desarrollo, n. 26 (junio/junho 2019). En línea:
<https://www.eumed.net/rev/turydes/26/lagoas-brasil.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turydes26lagoas-brasil>

Resumo: O turismo em áreas naturais é um dos segmentos que mais cresce em todo o mundo. O Brasil, um país megadiverso, possui aptidão para o desenvolvimento de modalidades turísticas com base na natureza. Além disso, o patrimônio natural do país inclui uma das maiores disponibilidades hídricas do mundo, englobando rios, lagoas, lagunas, quedas d'água, entre outros. Na Planície Costeira do Rio Grande do Sul, existem cerca de 100 lagoas que, a exemplo de outros ambientes lacustres no mundo, podem vir a se tornar atrativos turísticos. Osório, município situado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, compreende em seu território, um dos maiores complexos lagunares do Brasil. O presente estudo teve como objetivo verificar a opinião dos visitantes sobre o desenvolvimento turístico das lagoas costeiras de Osório. Para tal, foram selecionadas quatro lagoas: Lagoa dos Barros, Lagoa do Marcelino, Lagoa do Peixoto e Lagoa do Horácio. O levantamento de dados foi feito por meio de entrevistas, coletando informações sobre o desenvolvimento turístico, com os visitantes destas lagoas. As respostas foram tabuladas e a análise das entrevistas possibilitou uma comparação entre o desenvolvimento turístico das lagoas. A identificação da opinião dos usuários das lagoas mostrou-se relevante ao estudo do potencial turístico e fornece subsídios para o desenvolvimento do uso sustentável. Os resultados do estudo apontaram que os usuários percebem a necessidade de melhorias específicas nas lagoas, que vão desde a implementação de infraestrutura até a recuperação da qualidade da água.

Palavras-Chave: Turismo; Lagoas Costeiras; Opinião do Visitante; Osório – RS.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel e Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: turismologoleonardo@gmail.com

² Licenciatura em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e PhD em Biogeografia pela Universität des Saarlandes (Alemanha). E-mail: rlanzer@ucs.br

1. Introdução

O turismo em áreas naturais, cada vez mais, ganha destaque no mundo todo. A valorização das paisagens naturais está relacionada ao modo de vida do homem urbano contemporâneo. Elevados níveis de poluição, aquecimento global, caos na mobilidade, problemas sociais e a violência instaurada, são alguns dos flagelos das grandes cidades atuais (SOUZA; OLIVEIRA, 2012). A principal motivação do turismo em áreas naturais é o reencontro com a natureza e a “fuga” das grandes cidades (RUSCHMANN; PAOLUCCI; MACIEL, 2008). CARVALHO (2016) ainda aponta o turismo científico como uma tendência do turismo em áreas naturais. Esse nicho de turismo é centrado mais na experiência do que no consumo e as principais atividades desenvolvidas são excursões lideradas por especialistas a um campo específico, neste caso, uma área natural (MOLOKÁCOVÁ; MOLOKÁC, 2011; BOURLON; MAO, 2011).

O Brasil, um país megadiverso, tem uma notável aptidão para o desenvolvimento de segmentos turísticos em áreas naturais. A biodiversidade representa um recurso estratégico para o país e, por esse motivo, deve-se pensar na conservação da natureza, contribuindo não só para a proteção dos recursos naturais, mas também para a sensibilização da sociedade quanto ao uso sustentável destes (CAVALCANTE; PIRES, 2015). As dimensões continentais do país se estendem por várias zonas climáticas, desde tropical úmido ao Norte, regiões semiáridas, até temperadas no extremo Sul. Estes fatores contribuem para que o país ocupe o topo da lista dos 17 países megadiversos, abrigando, desta forma, uma notável diversidade de espécies de fauna e flora (MMA, 2010). De acordo com Pires (2013), a biodiversidade brasileira desponta neste cenário com uma amplitude de recursos e paisagens naturais com potencial para suprir a crescente demanda turística (doméstica e internacional) voltada para estes segmentos. A Agência Nacional de Águas – ANA (2010) ainda aponta que o patrimônio natural do Brasil inclui as maiores disponibilidades hídricas e a maior reserva de água doce no mundo. Além dos rios, pode-se encontrar no país diversos corpos d’água como lagos, lagoas e lagunas, que se constituem como elementos importantes nesta diversidade de recursos hídricos.

Em âmbito global, os lagos atraem um número crescente de visitantes motivados por uma série de atividades como contemplação da paisagem, observação da natureza, contato com atrações culturais locais, prática de esportes e competições esportivas, passeios de barco, pesca e descanso. Desta forma, o desenvolvimento turístico dos lagos e áreas de entorno podem trazer inúmeros benefícios, inclusive à comunidade local. No entanto, se a atividade turística não for gerida de uma maneira eficaz os impactos socioambientais e econômicos são iminentes (COOPER, 2006; DÁVID et al., 2012).

O Rio Grande do Sul – Brasil, reúne em seu território, um conjunto de lagoas que, acredita-se, podem vir a fomentar o desenvolvimento turístico do Estado. De acordo com Schäfer, Marchetto e Bianchi (2009) as lagoas costeiras do Rio Grande do Sul representam ecossistemas únicos no planeta devido a grande extensão da Planície Costeira (composta por 38,5% de água); a diversidade de ambientes aquáticos e terrestres; e, principalmente, por serem caracterizadas como lagoas de água doce localizadas muito próximas ao mar.

A presente pesquisa faz parte e contou com o apoio do Projeto Lagoas Costeiras 3, uma parceria entre Universidade de Caxias do Sul – UCS e Petrobras. Os resultados do Projeto Lagoas Costeiras exibem um diagnóstico da situação dos recursos hídricos e de seu entorno, fornecem subsídios para a conservação e valorização dos ecossistemas costeiros e, desta forma, contribuem para o seu uso racional e para a tomada de decisão dos gestores públicos, estimulando atitudes ambientalmente responsáveis e conscientes (SCHÄFER; LANZER; PEREIRA, 2009; SCHÄFER; LANZER; SCUR, 2013).

O município de Osório, contemplado com a terceira edição do Projeto, conta em seu território com um conjunto de 23 lagoas, o qual é considerado um dos maiores complexos lagunares do Brasil. O presente estudo, desenvolvido junto ao Projeto Lagoas Costeiras 3, integra um dos eixos temáticos do projeto, o turismo. A fragilidade do ambiente e a crescente exploração destes locais elevam a necessidade de realização de estudos que forneçam um aporte científico para orientar o desenvolvimento local.

De acordo com diversos autores (CAMPOS; FERREIRA, 2006; MARANHÃO; AZEVEDO, 2014; BRITO; SÁ, 2014), para que o turismo seja planejado de uma maneira mais justa e democrática e menos excludente, o processo de tomada de decisão deve primar pela participação de todos os envolvidos, ou seja, poder público, privado, comunidade local e visitantes. Desta forma, o presente estudo teve por objetivo verificar a opinião dos visitantes sobre o desenvolvimento turístico das lagoas costeiras de Osório, Rio Grande do Sul. Acredita-se que os visitantes das lagoas estão entre os principais interessados no desenvolvimento turístico do local e os seus anseios, tanto quanto os da comunidade local e *trade* turístico, devem ser atentados no planejamento turístico. Foram selecionadas, como objeto de estudo, quatro lagoas do município de Osório que já apresentam fluxo turístico em espaços de uso público: Lagoa dos Barros, Lagoa do Marcelino, Lagoa do Peixoto e Lagoa do Horácio.

2. Turismo em Áreas Naturais

Devido a inúmeros fatores mensuráveis como os problemas sociais, violência, *stress*, a poluição e o ritmo acelerado da vida urbana, a atividade turística vem, cada vez mais, se voltando aos ambientes naturais (SOUZA; OLIVEIRA, 2012). O autor que cunhou o termo ecoturismo, Ceballos-Lascuráin (1998), aponta que as áreas naturais, com suas paisagens, fauna e flora nativa e todos os traços culturais que podem estar presentes nestes locais, são atrações notáveis para turistas de todo o mundo.

Muitas dessas áreas constituem-se em ambientes frágeis à exploração, ao contrário daqueles criados, especificamente para o consumo turístico. No entanto, por serem ambientes frágeis, deve-se deixá-los isolados do contato com o homem, para que tais ambientes “aguardem a geração futura”, totalmente sensibilizada ambientalmente? Ou tais ambientes naturais, podem ser um espaço que, a partir de planejamento e monitoramento contínuos, possibilite a sensibilização e a educação ambiental dos visitantes e da comunidade local? (REICHERT; LANZER, 2015). Neiman e Mendonça (2000:99) refletem sobre a integração do ser humano com o espaço natural e a possibilidade de se obter conhecimentos e novas experiências por meio do turismo. De acordo com estes autores, o espaço natural é uma escola que nos proporciona oportunidades para evolução ambiental e, a partir de uma relação íntima com os elementos naturais percebemos a constante transformação de tudo e “ao perceber isso percebemos a nós mesmos”.

No entanto, para que a inter-relação homem-natureza possa ocorrer de maneira minimamente impactante, são necessários alguns cuidados básicos. Dolnicar e Leish (2008) apontam que, cada vez mais, o ambiente natural representa o principal recurso para muitos destinos turísticos e, conseqüentemente, os responsáveis pela gestão do destino estão continuamente em busca de novas práticas sustentáveis. Filha et al. (2013) afirma que no desenvolvimento da atividade turística são utilizados tanto os recursos naturais, tais como dunas, falésias, cachoeiras, praias, vegetação, rios, lagos e montanhas, como também infraestruturas artificiais – estradas, restaurantes, serviços de hospedagem. O turista que visita áreas naturais, embora motivado pelo contato com a natureza, necessita de infraestrutura de apoio como sanitários, lixeiras, serviços de alimentação e bebida. Lobo e Moretti (2008: 49) afirmam: “[...] a natureza intocada, ao mesmo tempo que é almejada pelos turistas, precisa ser transformada para se tornar acessível às suas necessidades de consumo e segurança”. Fatores como o estabelecimento da capacidade de carga para que os limites aceitáveis de desenvolvimento turístico sejam respeitados, zoneamento das áreas acessíveis aos turistas, utilização de permissões, licenças e taxas, criação de sistemas de gerenciamento dos visitantes e o estabelecimento de estratégias adequadas de marketing e educação ambiental representam importantes ferramentas para o planejamento do turismo em áreas naturais (BRUMATTI, 2013). Instituir e monitorar continuamente tais ferramentas pode auxiliar na minimização dos impactos advindos com o desenvolvimento da atividade turística.

Não se pode negar a interferência da atividade turística no ambiente natural. Entretanto, destaca-se que o turismo não se traduz, necessariamente, em atividades que resultam em degradação local. Alguns segmentos, pelo contrário, caracterizam-se por aliar o turismo à conservação, valendo-se da premissa básica da educação ambiental: “conhecer para preservar”. A atividade turística, se bem administrada, pode colaborar para a criação e implantação de planos e programas de conservação, promover a acessibilidade a aspectos naturais pouco valorizados, estimular o reconhecimento e a valorização dos elementos da natureza, estreitar as relações entre o homem e seu ambiente natural, além disso, a renda da

atividade turística, tanto direta (taxas, ingressos) como indireta (impostos) pode ser revertida em melhorias ambientais (BRUMATTI, 2013). A partir de um processo contínuo de educação ambiental, o ser humano poderá compreender que a diversidade dos ecossistemas está direta ou indiretamente ligada ao modo de exploração dos ambientes, tornando-se mais sensível às questões ambientais e adotando valores e práticas sustentáveis (COUTINHO; SILVA; SILVA, 2014).

Lanzer, Ramos e Marchett (2013) citam que a Planície Costeira do sul do Brasil compreende áreas complexas e dinâmicas, sujeitas a diversos processos biológicos. O planejamento do turismo com base em recursos hídricos deve considerar a fragilidade do ambiente e ser orientado para a conservação das características ecológicas desta região, rica em áreas úmidas, florestas e dunas.

2.1 Turismo e Lagoas Costeiras

A água é um elemento de importância vital para os ecossistemas, ou seja, para a própria manutenção da vida no planeta. A história da própria humanidade sempre esteve vinculada aos recursos hídricos. Desde a mais remota antiguidade que se tem registro, o homem foi ocupando áreas ao redor dos grandes rios, que proporcionaram, ao longo dos anos, água para consumo humano, agropecuário e industrial, além de importância fundamental ao transporte de pessoas e mercadorias (MENEGUEL; ETCHEBEHERE, 2012).

Em diversos destinos turísticos, a água é o principal atrativo, seja ela na sua forma natural, a exemplo de rios, quedas d'água, lagoas, seja na forma artificial, como, por exemplo, piscinas, parques aquáticos e represas. A apropriação sustentável da água pelo turismo pode ser um importante fator de desenvolvimento de comunidades anfitriãs, principalmente pela geração de emprego e renda, bem como servindo de estímulo à conservação do patrimônio natural e cultural (RUDZEWICZ; TEIXEIRA; LANZER, 2009). Cooper (2006) cita que a comunidade autóctone pode se beneficiar com o desenvolvimento da recreação e do turismo em lagos, como, por exemplo, os habitantes da Ilha Taquile, no Lago Titicaca (Peru e Bolívia), que até então eram comunidades isoladas e hoje utilizam o turismo como uma fonte de renda por meio da venda de produtos locais e da oferta de alimentação e hospedagem nas suas próprias habitações tradicionais.

De acordo com ANA (2010), o Brasil apresenta uma das maiores disponibilidades hídricas do mundo. Entretanto, grandes desafios são percebidos na utilização deste recurso natural, principalmente no que diz respeito à distribuição espacial irregular e poluição das águas. No que tange ao turismo, a carência de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento sustentável com base em recursos hídricos também é percebida no país. Marchetto (2009) cita que o uso da água pelo turismo pode ser agrupado em três principais segmentos no Brasil: 1) turismo de sol e praia no litoral; 2) turismo ecológico e pesca em alguns biomas, como a Amazônia e o Pantanal; e 3) turismo e lazer nos lagos e reservatórios

interiores. Os dois primeiros são atrativos turísticos reconhecidos no país, o terceiro segmento, objeto deste estudo, ainda é pouco explorado. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (2013), as regiões costeiras e os lagos são reconhecidos como os destinos mais populares da atualidade. Cooper (2006) relata que os lagos, cada vez mais, são vistos como áreas de lazer e turismo. Tal fato pode se configurar como uma oportunidade para o desenvolvimento turístico lacustre no sul do Brasil.

Lagos são corpos d'água interiores, sem comunicação direta com o mar. Por representarem corpos hídricos fechados, estes ambientes são bastante vulneráveis à exploração. Desta forma, caso a atividade turística não for gerida de maneira eficaz esta pode acarretar uma série de interferências ao ambiente natural, como, por exemplo: poluição das águas, ar e solo; danos à fauna e flora por hélices dos barcos a motor; erosão das margens decorrentes das ondas e do acesso de veículos aquáticos; derramamento de combustíveis e óleo do motor de popa; envenenamento de aves aquáticas por chumbo; redução da diversidade de espécies; introdução de espécies exóticas; aumento na descarga de esgoto; descarte inadequado de resíduos sólidos; crescimento de algas; perturbação na reprodução de peixes; pisoteamento nas margens do lago; desmatamento, queimadas e destruição de dunas e áreas de mata nativa; degradação da paisagem e perturbação à fauna por meio da poluição sonora (COOPER, 2006; RUDZEWICZ; TEIXEIRA; LANZER, 2009; LANZER; RAMOS; MARCHETT, 2013). O planejamento turístico é importante não só para manter a qualidade física do lago e o bem estar das comunidades locais, mas para garantir a experiência e satisfação do visitante, na medida em que o turismo pode tanto afetar como ser prejudicado pela qualidade ambiental do lago (HALL; HÄRKÖNEN, 2006).

Embora o número de lagos existentes no mundo seja na ordem de milhões, sua extensão representa apenas 2,5% da área do Planeta (DÁVID et al., 2012), além disso, apesar de sua importância biológica, os lagos são os ambientes menos protegidos do mundo (HALL; HÄRKÖNEN, 2006). Por outro lado, a União Internacional de Conservação da Natureza – IUCN, salienta que 90% da água doce líquida da superfície da Terra está contida em lagos (PITTOCK, 2015). Desta forma, os lagos têm um valor ecológico, cultural e econômico significativo ao servir de habitat para diversas espécies e garantir serviços essenciais a humanidade, tais como o fornecimento de água potável e a regulação dos climas locais (JIANG; WONG; OUYANG, 2016). De acordo com Lanzer, Carvalho e Mazzoni (2017) os lagos oferecem recursos importantes para sustentar os meios de subsistência humanos e o desenvolvimento econômico, pois, além de água para consumo, fornecem água para irrigação da agricultura, matéria-prima para artesanato, pesca, biodiversidade e paisagens cênicas que podem ser utilizadas para o lazer e o turismo. Estes autores ainda citam que os lagos da Planície Costeira do Rio Grande do Sul e as áreas de entorno (zonas úmidas, dunas, pântanos, pastagens, florestas de encosta e restinga) apresentam um enorme significado sócio-ecológico na conservação de algas, peixes, anfíbios, répteis, aves, mamíferos e, inclusive, espécies de menor porte como os microscópicos macroinvertebrados.

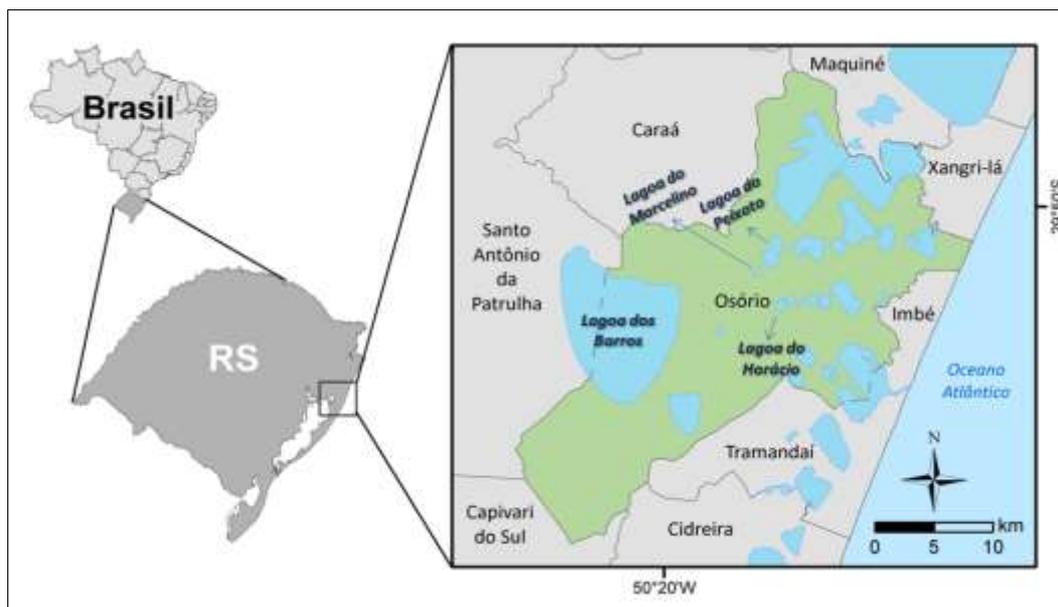
Nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul, são realizadas algumas atividades turísticas, como a pesca esportiva, esportes aquáticos, atividades náuticas, banhos e a contemplação da paisagem. No entanto, essas atividades, na maioria dos casos, são desenvolvidas de forma inadequada, uma vez que os serviços e empreendimentos turísticos foram implementados de forma não organizada e, desta forma, podem causar diversos efeitos negativos ao meio ambiente (RUDZEWICZ; TEIXEIRA; LANZER, 2009). Alguns dos principais impactos do turismo em ambientes lacustres, elencados por Cooper (2006), foram diagnosticadas nas lagoas do Rio Grande do Sul. Ramos e Lanzer (2013) e Lanzer, Ramos e Marchett (2013) identificaram como principais interferências nas lagoas: vestígios de fogueiras, uso de veículos 4x4 (*Off-Road*) que causam danos a vegetação e dunas, presença de construções irregulares na Área de Proteção Permanente – APP da lagoa, prática de esportes náuticos poluentes e falta de ações de educação ambiental. As consequências desses impactos são diversas e podem, inclusive, culminar com a decadência do destino turístico após a perda da qualidade ambiental (RUDZEWICZ; TEIXEIRA; LANZER, 2009; LANZER; RAMOS; MARCHETT, 2013).

De acordo com Teixeira e Lanzer (2013) entre as práticas turísticas que devem ser incentivadas na região estão atividades ligadas ao ecoturismo e relacionadas com a educação ambiental e turismo científico, a exemplo de caminhadas por trilhas interpretativas, observação da fauna e flora – com destaque para a observação de aves, passeios em embarcações de pequeno porte e contemplação da paisagem. Ramos e Lanzer (2013) ainda indicam esportes minimamente poluentes como a canoagem, *kitesurf*, *windsurf*, *stand up paddle*, entre outros. Desta forma, com base nos estudos de Rudzewicz e Garcia (2013) pode-se afirmar que o desenvolvimento do turismo nas lagoas costeiras do Rio Grande de Sul, desde que praticado de maneira sustentável, se coloca como uma alternativa para a atual dependência do turismo de sol e praia, que gera um turismo massivo e sazonal no Litoral Norte gaúcho. Com o intuito de buscar subsídios para o desenvolvimento do uso sustentável das lagoas de Osório o presente estudo optou por entrevistar os próprios usuários/visitantes das lagoas.

3. Método

As lagoas costeiras estudadas situam-se no município de Osório (29° 53' 13" S e 50° 16' 12" W), localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil (Figura 1). O município tem pouco mais de 40 mil habitantes, com área de 663 km² e densidade demográfica de 61,6 habitantes por km². As maiores receitas de Osório são provenientes do setor de serviços, seguidas pela indústria e pela agropecuária (IBGE, 2014).

Figura 1 – *Localização do município de Osório no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, Brasil e indicação das lagoas costeiras compreendidas neste estudo*



Fonte: Projeto Lagoas Costeiras 3 (2015)

Osório conta com 23 lagoas em seu território, seis destas são divulgadas pelo poder público municipal como atrativos turísticos. Entre estas, foram selecionadas para o presente estudo a Lagoa dos Barros, Lagoa do Marcelino, Lagoa do Peixoto e Lagoa do Horácio, por possuírem espaços de uso público e gratuito junto às lagoas. O levantamento de dados sobre o desenvolvimento turístico local foi feito por meio de entrevistas com visitantes de quatro lagoas, entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015 (alta temporada). Nesta pesquisa, considerou-se visitante³: a pessoa que está utilizando (lê-se visitando) a lagoa e/ou a sua área de entorno, quer seja morador local, turista ou excursionista. Foram realizadas 20 entrevistas por lagoa, totalizando 80 usuários entrevistados escolhidos ao acaso. Esta amostra, embora represente apenas 0,28% da população maior de idade de Osório (IBGE, 2010), se mostrou apropriada, dado o estágio inicial de desenvolvimento turístico dos locais selecionados e em consequência disso, o baixo fluxo turístico de visitantes⁴.

Com base em diferentes métodos (PEARCE, 1988; LENO CERRO, 1993; ALMEIDA, 2009 e MTUR, 2013) adaptados à realidade local, o roteiro da entrevista englobou questões a respeito do desenvolvimento turístico da lagoa em que o entrevistado se encontrava e questões referentes ao desenvolvimento turístico do município de Osório, além de identificar o perfil do entrevistado. O perfil do entrevistado foi definido por informações como gênero, faixa etária, escolaridade e local de origem. As questões referentes ao desenvolvimento turístico da lagoa englobaram fatores determinantes do potencial turístico lacustre, como: condições de acesso; qualidade da água; serviços turísticos; infraestrutura turística; preservação dos recursos naturais; sensibilização ambiental; presença de visitantes e importância da lagoa para

³ Visitante: “Diz-se de ou pessoa que vai a uma exposição, museu, ou lugar, com o objetivo de conhecê-lo e apreciá-lo” (MICHAELIS, 2016).

⁴ Nenhuma lagoa entre as estudadas faz o registro do número de visitantes. Tal fato impossibilitou um cálculo preciso da amostra, universo e margem de erro da pesquisa.

o município de Osório e região. As questões sobre o desenvolvimento turístico de Osório, por sua vez, coletaram informações a respeito de outros atrativos do município; condições de acesso ao município; infraestrutura turística e divulgação do turismo em Osório. No roteiro da entrevista foram predominantes questões de múltipla escolha, onde as opções de resposta variaram de uma opinião extremamente positiva até uma opinião extremamente negativa sobre fatores determinantes do potencial turístico. Caso o entrevistado justificasse a sua resposta, aquele relato era registrado para análise posterior.

Os dados obtidos nestas entrevistas foram analisados e representados, quando pertinente, na forma de gráficos. A representação dos dados teve por base quatro fatores principais do desenvolvimento turístico das lagoas: acesso, serviços turísticos, qualidade da água e sensibilização ambiental. Foi estabelecida uma escala de cores a partir da avaliação do visitante: avaliação excelente: cor verde; bom: azul; regular: amarelo; ruim: laranja; péssimo: vermelho e desconheço/inexistente: branco.

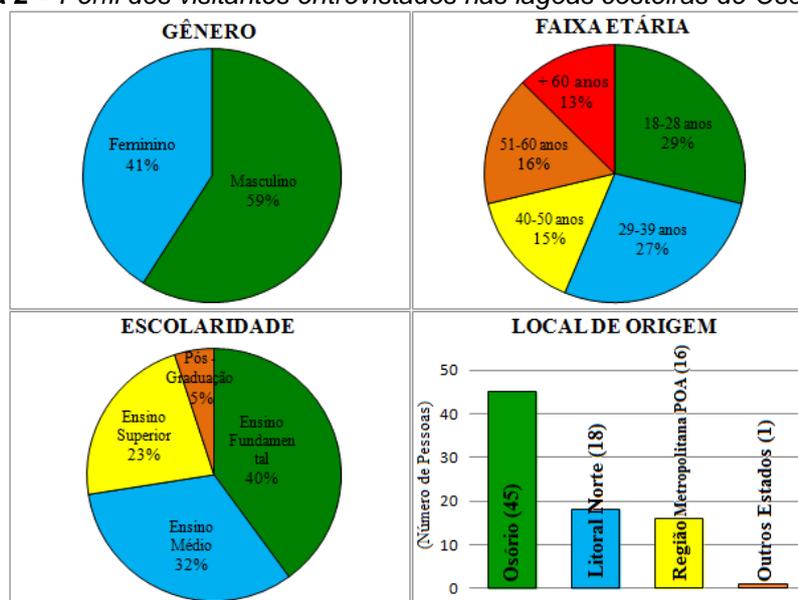
4. Resultados

Os resultados foram divididos em três tópicos principais: perfil do visitante, opinião do visitante quanto ao desenvolvimento turístico do município de Osório e opinião do visitante a respeito do desenvolvimento turístico das quatro lagoas objetos deste estudo.

4.1 Perfil do Visitante

Coletou-se, primeiramente, informações sobre gênero, faixa etária, escolaridade e local de origem (Figura 2), o que possibilitou a identificação do perfil destes visitantes.

Figura 2 – Perfil dos visitantes entrevistados nas lagoas costeiras de Osório – RS



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

Como se pode observar na Figura 2, a maioria dos entrevistados foram homens, jovens e adultos, com idade entre 18 e 39 anos. Quanto à escolaridade, a grande maioria dos visitantes possui ensino fundamental ou ensino médio. Entre os usuários das lagoas predominam moradores de Osório, que apenas passam o dia nas lagoas, não necessitando, desta forma, de serviços de hospedagem. Seguido dos moradores locais, os principais visitantes das lagoas procedem de outros municípios do Litoral Norte do Rio Grande do Sul e região metropolitana de Porto Alegre, os quais necessitam em maior ou menor grau de serviços de alimentação, bebida e hospedagem. Em decorrência do deslocamento relativamente curto, alguns visitantes, mesmo não residindo em Osório, retornam para as suas casas após desfrutar o dia nas lagoas. Tais visitantes são caracterizados como excursionistas⁵.

4.2 Desenvolvimento turístico de Osório

Osório reúne uma diversidade de recursos naturais que podem ser utilizados pelo setor turístico, desde que trabalhados de maneira sustentável. Esta diversidade de atrativos naturais ficou implícita nas respostas dos visitantes, quando os mesmos foram questionados acerca dos atrativos turísticos do município. Segundo os entrevistados, os principais atrativos turísticos são as lagoas costeiras e o Morro da Borússia. Entre as 23 lagoas presentes em Osório, a Lagoa

⁵ De acordo com a OMT (2016) um visitante se classifica como turista (caso a sua viagem inclua pelo menos uma noite no destino) ou como excursionista, não havendo noite no destino visitado.

do Marcelino e a Lagoa dos Barros foram as mais lembradas pelos entrevistados. O Morro da Borússia se destaca por ser uma Área de Proteção Ambiental – APA, com resquícios de Mata Atlântica, que possui ampla infraestrutura turística, contando com empreendimentos de hospedagem, alimentação e lazer. Entre os atrativos turísticos situados no Morro da Borússia, foram citados nas entrevistas o Mirante do Morro da Borússia, as cascatas e as rampas de voo livre.

O terceiro atrativo turístico mais citado pelos entrevistados não é um recurso natural, mas está ligado aos “os bons ventos⁶”. Trata-se do Parque Eólico de Osório, um dos maiores complexos geradores de energia a partir do vento na América Latina. Também foram citadas, ainda que com menor expressividade, as praias de Atlântida Sul e Mariápolis, localizadas no município. Segundo os entrevistados, Osório pode se beneficiar com o desenvolvimento de atrações culturais e eventos. O Rodeio Crioulo Internacional foi apontado como o principal evento de Osório.

As condições de acesso a Osório foram avaliadas pela grande maioria dos entrevistados (93%) como boas ou excelentes, o que está relacionado à qualidade da malha rodoviária. As principais rodovias de acesso ao município são BR 101, BR 290, RS 389, RS 030 e RST 101. Entre os aspectos negativos, foi relatada a insuficiência de sinalização dos atrativos turísticos e a inexistência de um pórtico de entrada na cidade. Em alguns casos o termo “cidade de passagem” foi utilizado para definir Osório turisticamente. Esta expressão faz alusão ao fluxo de turistas internacionais na alta temporada, principalmente argentinos e uruguaios, que utilizam Osório como um ponto de passagem no deslocamento para outros destinos litorâneos no Brasil. Foram sugeridas ações de marketing junto às rodovias com o intuito de instigar o turista a conhecer os atrativos locais e, desta forma, prolongar a permanência do viajante que apenas utiliza a infraestrutura turística do município, como, por exemplo, serviços de alimentação e hospedagem.

Para uma localidade que almeja desenvolver o turismo, é essencial uma infraestrutura satisfatória no que diz respeito, entre outros, a serviços de hospedagem, alimentação e lazer. Na opinião dos visitantes, para comportar a crescente demanda, Osório necessita de melhorias e ampliações desde a base da infraestrutura turística. Os serviços de hospedagem foram considerados negativos, enquanto os de alimentação e bebida foram bem avaliados entre os entrevistados, ainda que, somente dois empreendimentos gastronômicos destacaram-se como aptos para receber o turista.

Outro ponto importante apontado foi que a comunidade de Osório ainda não “acordou para o turismo”: “Os moradores não são receptivos e não sabem dar informações aos visitantes”; “Osório não tem uma vocação/cultura turística”. Estes relatos sugerem que a comunidade local necessita de atenção especial no planejamento turístico. O planejamento participativo, aliado a atividades e cursos de sensibilização e educação para o turismo,

⁶ Osório é conhecido como “terra dos bons ventos” e inclusive utiliza este slogan nos materiais promocionais de divulgação turística.

destinados à comunidade de Osório, podem trazer benefícios para o setor e inclusive incentivar o empreendedorismo no setor turístico.

No que se refere ao marketing, a principal divulgação ocorre por meio do “boca a boca” segundo os entrevistados. Ainda foram destacadas a participação do poder público em eventos e a divulgação de Osório em redes sociais, rádios e folders institucionais. A inexistência de um plano de marketing e da divulgação na grande mídia, como a televisão, foram pontos considerados fracos. Todavia, os entrevistados defendem a ideia de que caso exista uma divulgação massificada, o município não suportará o aumento dos turistas e o sossego que hoje é característico, tende a acabar. Caso a atividade seja desenvolvida sem o devido planejamento somam-se aos problemas a ocorrência de maiores interferências ambientais. Osório, por fim, foi apontado como o centro comercial do Litoral Norte e, segundo os entrevistados, possui uma gama de recursos, os quais podem transformar o município em um polo turístico do Estado.

4.3 Desenvolvimento turístico das lagoas de Osório

Neste estudo foram entrevistados visitantes de quatro lagoas de Osório, cada uma apresentando características ecológicas próprias e distintos níveis de desenvolvimento turístico. A Lagoa dos Barros (Figura 3a), considerada uma das maiores lagoas da região, está situada nos municípios de Osório e Santo Antônio da Patrulha e reúne condições de vento propícias para práticas de esportes aquáticos como *kitesurf* e *windsurf*. A Lagoa do Marcelino (Figura 3b), localizada na zona urbana de Osório, recebe o lançamento do esgoto da cidade sem tratamento, apresentando níveis elevados de poluição e inviabilizando, desta forma, a utilização do corpo hídrico para atividades de lazer em contato com a água. A Lagoa do Peixoto (Figura 3c) que possui um Camping Municipal, é caracterizada pela captação de água para o abastecimento do município e por estar interligada artificialmente à Lagoa do Marcelino, sendo, desta forma, receptor indireto de esgoto. A Lagoa do Horácio (Figura 3d) tem acesso público e gratuito a outro camping que possui ampla área verde com mata nativa e foi a única entre as analisadas que oferece serviço de salva-vidas.

Figura 3 – Lagoas costeiras selecionadas:
a) Lagoa dos Barros; b) Lagoa do Marcelino; c) Lagoa do Peixoto; d) Lagoa do Horácio

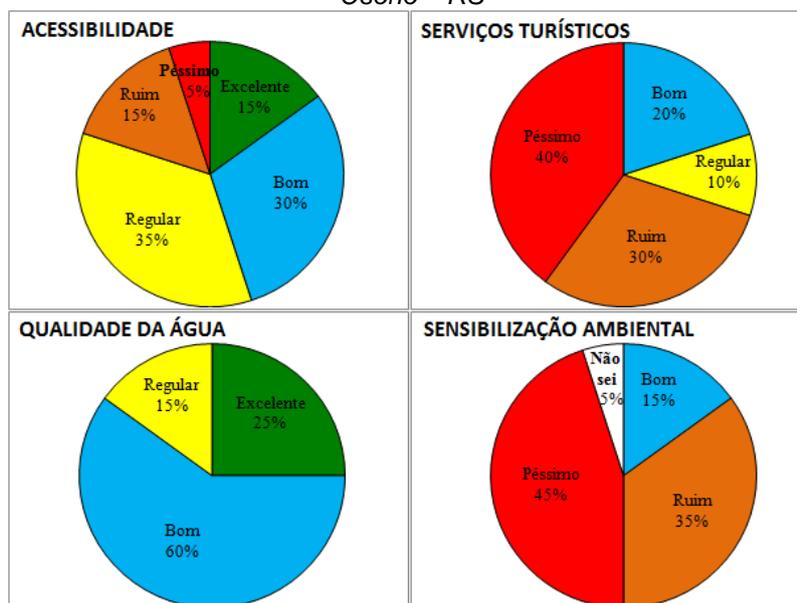


Fonte: Projeto Lagoas Costeiras 3

4.3.1 Lagoa dos Barros

A Lagoa dos Barros é uma das maiores da região e reúne condições de vento propícias para a prática de esportes aquáticos. Junto a Lagoa dos Barros foi implantado o Parque Eólico de Osório, o qual fornece um complemento à paisagem. O acesso à lagoa é um ponto forte na opinião da maioria dos visitantes, embora existam avaliações regulares e negativas (Figura 4). Sobre tal fato, algumas avaliações negativas foram justificadas pela má condição do trecho não pavimentado que dá acesso à lagoa. Outros relatos apontam que “por ter bom acesso, a Lagoa dos Barros acaba atraindo um número demasiado de visitantes na alta temporada”, o que se torna um problema devido à carência de infraestrutura no local. A infraestrutura pública na Lagoa dos Barros, que visa dar ao visitante conforto e segurança recebeu péssima avaliação, corroborando com o fato de que um grande número de visitantes pode provocar impactos ambientais ao recurso hídrico. Os visitantes citam a insuficiência de sanitários, lixeiras e deficiência na coleta de lixo, além da inexistência de salva-vidas como as principais lacunas da infraestrutura turística. Os serviços turísticos também foram avaliados negativamente devido à precariedade na oferta de alimentos e bebidas no local (Figura 4).

Figura 4 – Opinião dos visitantes acerca do desenvolvimento turístico da Lagoa dos Barros, Osório – RS



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A Lagoa dos Barros ainda foi a pior avaliada entre os visitantes em relação à sensibilização ambiental (Figura 4). As opiniões, que somaram 80% entre ruim e péssimo, foram justificadas pela inexistência de ações e instrumentos de educação ambiental como, por exemplo, placas interpretativas. Por outro lado, a qualidade da água (Figura 4) foi avaliada positivamente por 85% dos visitantes entrevistados, sendo, desta forma, a lagoa melhor avaliada neste ponto entre os visitantes. Mesmo com esta avaliação positiva, foram registrados relatos receosos quanto à diminuição da qualidade da água da lagoa a partir do lançamento de efluentes da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Osório⁷. Além do uso da Lagoa dos Barros para a balneabilidade e irrigação de plantações de arroz, relatos a destacam como um local de lazer diferente da praia. Estes relatos corroboram com a ideia de que o turismo lacustre se coloca como uma alternativa para a atual dependência do turismo de sol e praia no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

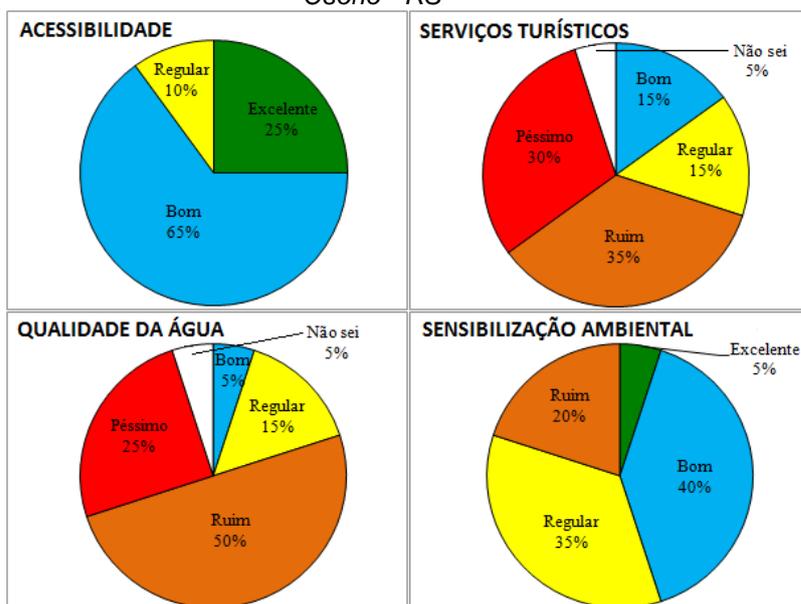
4.3.2 Lagoa do Marcelino

Até meados do século passado, a Lagoa do Marcelino abrigava um importante porto lacustre do Estado. Atualmente, a lagoa é destino do despejo de esgoto sem tratamento da cidade de Osório. Apesar de esta situação indesejável inviabilizar a prática de atividades de lazer no corpo hídrico da lagoa, na margem onde antigamente se localizava o Porto Lacustre de Osório foi construído um espaço de lazer que oferece ampla infraestrutura aos visitantes. O acesso à Lagoa do Marcelino foi avaliado pela grande maioria dos entrevistados como positivo

⁷ Existe uma disputa judicial entre os municípios de Osório – RS e Santo Antônio da Patrulha – RS sobre o lançamento de efluentes da ETE de Osório na Lagoa dos Barros, pertencente a ambos os municípios.

(Figura 5). Ainda que atividades no corpo de água sejam inviabilizadas pela poluição, a proximidade desta lagoa ao centro urbano de Osório contribui com a avaliação positiva dada ao acesso. A opinião dos visitantes sobre a qualidade da água da Lagoa do Marcelino evidenciou o conhecimento destes sobre a poluição da lagoa. No entanto, apesar de 75% dos entrevistados considerar ruim ou péssimo este fator (Figura 5), não é raro ver pessoas em contato com a água ou pescando no local, o que pode representar um risco à saúde. Destaca-se que existem placas proibindo o banho e a pesca no local.

Figura 5 – Opinião dos visitantes acerca do desenvolvimento turístico da Lagoa do Marcelino, Osório - RS



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

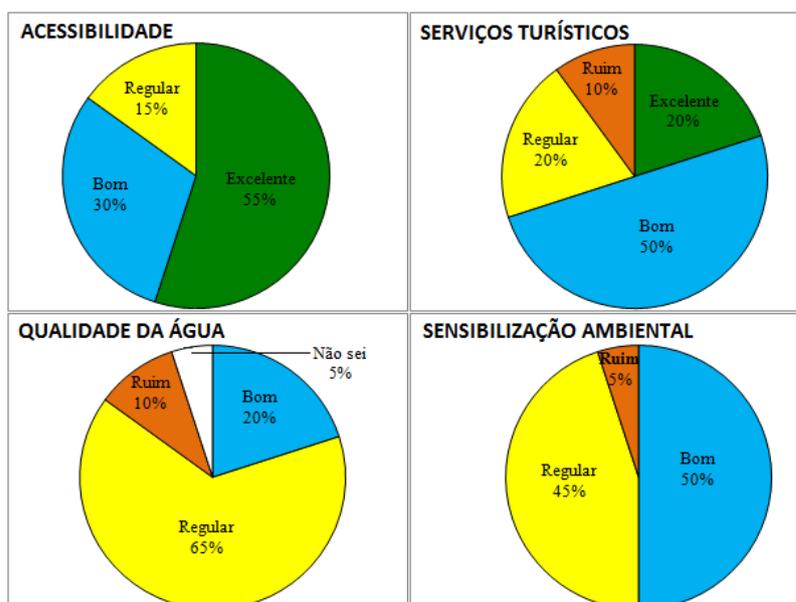
Os serviços turísticos foram avaliados negativamente na Lagoa do Marcelino (Figura 5). Os respondentes da pesquisa constataram a inexistência de serviços de alimentação e bebida no local, fato que explica a avaliação. Por outro lado, a infraestrutura junto à lagoa foi muito elogiada, o que evidencia a satisfação dos usuários com construção do complexo de lazer junto à margem sul. Este espaço conta com prédio institucional e salas para atividades e exposições de caráter educacional, trapiche, pista de skate, academia ao ar livre e playground.

A sensibilização ambiental, desenvolvida na Lagoa do Marcelino, foi considerada positiva pela maior parte dos visitantes entrevistados. Relatos destacam placas de conscientização ambiental e o grande painel junto ao complexo de lazer, informando sobre as principais espécies nativas de fauna e flora que podem ser observadas na lagoa. Embora a lagoa receba grande carga de esgoto sem tratamento, diversas espécies de animais foram observadas durante a pesquisa junto à lagoa, como, por exemplo, tartarugas, aves e ratão-do-banhado.

4.3.3 Lagoa do Peixoto

O principal ponto de acesso público e gratuito à lagoa é o Camping Municipal da Lagoa do Peixoto, o qual fica aberto o ano todo. Situado próximo ao centro urbano de Osório, o camping é um espaço público de lazer bastante procurado pela população osoriense. Utilizada para captação de água para o abastecimento do município, a Lagoa do Peixoto, por mais contraditório que pareça, recebe indiretamente esgoto por estar interligada à Lagoa do Marcelino. A Lagoa do Peixoto foi a melhor avaliada entre as estudadas no que se refere ao acesso, atingindo 55% das avaliações excelentes e 30% boas (Figura 6). Esta avaliação foi determinada, principalmente, pelo recente asfaltamento da Estrada do Palmital, por meio da qual o camping, localizado junto à lagoa, pode ser acessado.

Figura 6 – Opinião dos visitantes acerca do desenvolvimento turístico da Lagoa do Peixoto, Osório - RS



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

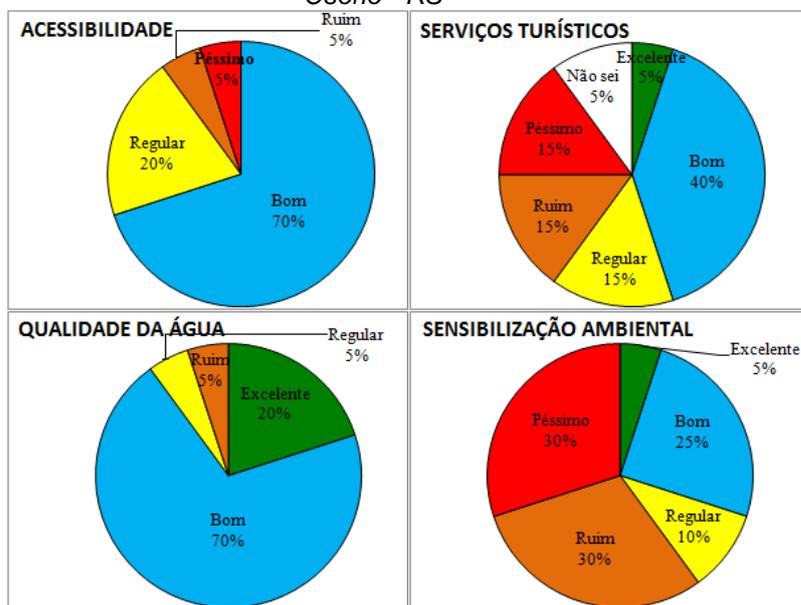
O Camping da Lagoa do Peixoto possui ampla infraestrutura de apoio ao turismo como sanitários, banheiros químicos na alta temporada, lixeiras, coleta de resíduos, quiosques com churrasqueira, área de banho demarcada, rampa de acesso para embarcações e veículos aquáticos, trapiche e campo de futebol. No entanto, alguns relatos indicam a necessidade de reforma nesta infraestrutura, especialmente nos banheiros e churrasqueiras. A presença de um restaurante aberto todos os dias no camping municipal corrobora a avaliação positiva dos respondentes quanto à oferta de serviços turísticos (Figura 6). No que tange a sensibilização ambiental, verifica-se uma avaliação incongruente (Figura 6). Um visitante comenta que “embora existam placas de conscientização ambiental no camping, as pessoas nem sempre respeitam”. A Figura 6 também mostra que a maioria dos visitantes considerou a qualidade da

água como regular. Destaca-se a seguinte afirmação: “Acaba vindo muita sujeira da outra lagoa”, o que indica o conhecimento do entrevistado sobre a recepção indireta de esgotos provindos da Lagoa do Marcelino. No entanto, foi verificado *in loco* que a indicação de condições impróprias à balneabilidade não inibe os visitantes de entrar em contato com a água, o que pode representar riscos à saúde.

4.3.4 Lagoa do Horácio

O Camping Municipal da Lagoa do Horácio é outro espaço público no município de Osório, onde é disponibilizado o acesso gratuito à lagoa. Além disso, a Lagoa do Horácio conta com ampla área de mata nativa que pode ser utilizada pelos visitantes motivados pelo contato com a natureza. Na opinião dos entrevistados trata-se do melhor camping do município, embora necessite de maiores investimentos por parte do poder público. O acesso ao camping foi avaliado positivamente pela maioria dos visitantes (Figura 7). A necessidade de percorrer um trecho de estrada sem pavimentação (Estrada José Ouriques), mesmo com boa manutenção, ocasionou avaliações negativas no quesito acesso. A presença de sinalização turística, embora insuficiente, corrobora com a boa avaliação da acessibilidade à Lagoa do Horácio.

Figura 7 – Opinião dos visitantes acerca do desenvolvimento turístico da Lagoa do Horácio, Osório - RS



Fonte: Dados da Pesquisa (2015)

A maior parte dos entrevistados avaliou os serviços turísticos da Lagoa do Horácio como bons (Figura7). No entanto, o caráter temporário da lancheria do Camping Municipal Lagoa do Horácio, em funcionamento somente na alta temporada, motivou relatos negativos. O responsável pela administração da lancheria, em contrapartida ao uso do espaço público, é encarregado da manutenção geral da área do camping. A presença de churrasqueiras e a

restrição de estacionamento dos automóveis na APP da Lagoa do Horácio são fatores identificados como positivos pelos visitantes. Relatos negativos foram feitos quanto a existência unicamente de banheiros químicos e lembram que, no passado, existia uma infraestrutura permanente de apoio ao turismo no camping da Lagoa do Horácio. A sensibilização ambiental (Figura 7), na opinião dos visitantes, é um dos principais pontos que precisam ser melhorados na gestão do camping. Embora a avaliação deste quesito tenha sido negativa, houve o relato de que na entrada do camping o visitante recebe uma cartilha contendo regras gerais para o usufruto coletivo do espaço público.

5. Discussão

As rodovias que cruzam Osório apresentam tráfego intenso o ano todo e fluxo turístico na alta temporada. Os turistas internacionais, na sua maioria advindos do Uruguai e da Argentina, no entanto, desconhecem os atrativos locais e apenas utilizam o município como um ponto de passagem ou descanso. Ramos e Dias (2010) indicam a criação de circuitos turísticos como alternativa para o aumento da atratividade e tempo de permanência dos visitantes. A criação de rotas, roteiros e circuitos pode ser uma estratégia viável para o desenvolvimento turístico, tanto de Osório quanto da região. O aumento da representatividade junto ao Estado e ao Governo Federal, a partir do estabelecimento de parcerias com outros municípios, pode trazer inúmeras vantagens. Além disso, a promoção do turismo junto às rodovias foi sugerida pelos entrevistados e acredita-se que seria uma alternativa para atrair os turistas que já passam por Osório e desconhecem os atrativos locais.

Salienta-se que, anterior às ações de atração turística, melhorias de infraestrutura devem ser fomentadas em Osório. Uma infraestrutura turística satisfatória, no que diz respeito aos serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento, é essencial para um município que almeja desenvolver o turismo. De acordo com Viana, Cunha e Anjos (2009), a gestão do turismo deve estar atrelada a um conjunto de fatores, entre eles, infraestrutura e mão de obra qualificada, que possam dar suporte a um produto turístico em potencial. Silva e Teixeira (2014) sugerem que os órgãos públicos devam criar um ambiente propício ao desenvolvimento de empreendimentos turísticos, na medida em que financiam obras de infraestrutura e promovam a divulgação do turismo. Entretanto, segundo Beni (2008), nenhuma instituição pública de turismo pode prescindir da cooperação da iniciativa privada. Desta forma, pode-se afirmar que tanto o poder público, quanto a iniciativa privada tem o seu papel no desenvolvimento do turismo. Franco e Estevão (2010) indicam que as parcerias público-privadas se mostram importantes quando as empresas e o poder público têm a possibilidade de se beneficiar a partir de objetivos em comum. Na Lagoa do Peixoto e Lagoa do Horácio, que abrangem campings municipais, esta cooperação pode gerar benefícios mútuos. Santos e Perazzolo (2012) acrescentam a importância da comunidade local na hospitalidade, enquanto sujeito acolhedor do visitante. Os relatos dos entrevistados demonstram que a comunidade de Osório “não acordou para o turismo” e não sabe receber bem o visitante. Afirma-se, desta

forma, a importância da sensibilização e educação da comunidade local para o turismo. Além de contribuir com a experiência e satisfação do visitante, atividades e cursos de educação turística podem incentivar a própria comunidade a empreender na área.

Um estudo desenvolvido na ilha de Zanzibar (Tanzânia), faz críticas a superexploração das águas pelo setor turístico. Segundo Gössling (2001) o crescimento do turismo massificado acarreta maior pressão aos escassos recursos hídricos de água doce presentes no local. Tal fato pode ser comparado ao desenvolvimento do turismo nas lagoas de Osório. Embora o município apresente abundância de água, os ecossistemas lacustres são extremamente frágeis. Além disso, as lagoas constituem fonte de abastecimento aos diversos municípios litorâneos e a degradação deste recurso pode vir a comprometer o seu uso futuro. Na Lagoa do Peixoto, por exemplo, onde é realizada a captação de água para abastecimento local, não devem ser desenvolvidas atividades turísticas inadequadas a este uso da água. Ramos e Lanzer (2013) afirmam que as atividades que não emitam poluentes são mais compatíveis com as características ecológicas das lagoas e devem ser incentivadas. Diversas atividades turísticas brandas foram identificadas nas lagoas, ao longo da planície costeira do Rio Grande do Sul: banhos, pesca esportiva, contemplação da paisagem, esportes aquáticos (natação, kitesurf, windsurf, stand up paddle, entre outros) e passeios em embarcações de pequeno porte (canoas, caiaques, veleiros, catamarãs, entre outros). Atividades ligadas ao ecoturismo, turismo científico e educação ambiental também podem ser desenvolvidas junto às lagoas, a exemplo de trilhas interpretativas (guiadas ou autoguiadas) e observação da fauna e flora (RUDZEWICZ; TEIXEIRA; LANZER, 2009; RAMOS; LANZER, 2013). A observação de aves (birdwatching), por exemplo, é uma atividade que cresce em todo o mundo. Dias (2011) aponta que o turismo de observação de aves, além de elevar a consciência ecológica do visitante é um importante instrumento de sensibilização ambiental e geração de renda para a população residente. Esta atividade exige conhecimentos específicos, como a identificação dos melhores locais e períodos para a visualização das espécies, além da recepção e acompanhamento de grupos de turistas. Rudzewicz, Lanzer e Schäfer (2011), Lanzer, Ramos e Marchett (2013) e Teixeira e Lanzer (2013) indicaram a possibilidade de desenvolvimento do turismo de observação de aves junto às lagoas costeiras do Rio Grande do Sul. Ressalta-se que também existem condições naturais para o desenvolvimento desta atividade em Osório.

Apesar destes bons exemplos, o turismo brando nas lagoas costeiras do Rio Grande do Sul é mesclado com atividades pouco compatíveis com a fragilidade do meio ambiente: motos-aquáticas, barcos a motor, trilhas fora da estrada com veículos 4x4, motocross, quadriciclos e bugues (RAMOS; LANZER, 2013). Destaca-se, em Osório, o impacto ambiental causado pelo grande número de automóveis estacionados na APP das lagoas – em especial, na margem da Lagoa dos Barros. Esta mesma realidade foi observada em outras lagoas costeiras gaúchas, como, por exemplo, na Lagoa da Rondinha, em Balneário Pinhal (LANZER; RAMOS; MARCHETT, 2013). Segundo estes autores, os danos à vegetação, decorrentes do alto fluxo de automóveis na APP, facilitam e acentuam a erosão do solo e compactam a areia,

interferindo nas espécies presentes neste meio. Além disso, a abertura de caminhos secundários, normalmente feita por trilheiros e a poluição sonora, são dificuldades em comum entre o turismo desenvolvido nas lagoas de Osório e em outras lagoas do litoral gaúcho. Igelmo (2013) apresenta a situação vivenciada no Lago Inle, em Myanmar, onde o turismo, que hoje representa uma dificuldade adicional na conservação da biodiversidade do lago, pode vir a se tornar a solução. Esta possível solução perpassa por mudanças na utilização do lago e pelo direcionamento da atividade turística para ações sustentáveis e de sensibilização ambiental, que além de abranger os turistas, atingiria as comunidades locais. Este redirecionamento do turismo deve ser incentivado nas lagoas de Osório, na medida em que as atividades que causam interferências ambientais (veículos aquáticos automotores, por exemplo), são substituídas por atividades ambientalmente brandas e que agreguem valor em longo prazo, como o kitesurf, windsurf e stand up paddle.

Diante destes argumentos, acredita-se que o município de Osório tem um longo caminho na busca de um desenvolvimento turístico que respeite a conservação das lagoas costeiras presentes em seu território. Limberger e Pires (2014) destacam a necessidade de planejamento das áreas naturais para o uso público, definindo as atividades permitidas naquela área e contemplando os princípios de capacidade de carga turística. Recomenda-se para o desenvolvimento turístico das lagoas costeiras de Osório a elaboração de um Plano de Manejo que estipule um zoneamento, estabelecendo diferentes usos para as lagoas. Algumas lagoas, valendo-se do fato de possuírem mínimas interferências antrópicas, podem ser definidas como áreas de preservação, enquanto outras, que já apresentam utilização turística consolidada, podem ser definidas como áreas de conservação, admitindo o uso público sustentável.

6. Considerações Finais

O reconhecimento do uso das lagoas pela comunidade e turistas fica evidente neste estudo. No entanto, foram apontados pelos entrevistados diversos aspectos que demonstram deficiências no desenvolvimento turístico. Na opinião dos entrevistados, as principais melhorias necessárias para fomentar o turismo nas lagoas vão desde a implementação de infraestrutura até a recuperação da qualidade da água.

Acredita-se que a identificação da opinião dos usuários das lagoas é de grande relevância ao estudo do potencial turístico e pode contribuir com o planejamento do uso destes recursos naturais. Estando o turismo lacustre aliado ao desenvolvimento turístico de outros recursos naturais (praias, morros, cascatas), Osório pode vir a se tornar um reconhecido polo de turismo com base na natureza. Para tanto, é necessário um planejamento contínuo e participativo do turismo. Este planejamento deve englobar todos os envolvidos no processo (poder público, *trade* turístico, comunidade local e visitantes) e aliar a conservação do recurso natural com atividades de turismo, sensibilização e educação ambiental.

7. Referências

- ALMEIDA, M.
2009 “Matriz de Avaliação do Potencial Turístico de Localidades Receptoras”. *Turismo em Análise*, 20(3), 541–563.
- ANA – AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS.
2010 “Atlas Brasil: abastecimento urbano de água: panorama nacional”. Brasília: ANA. Disponível em <http://atlas.ana.gov.br/Atlas/downloads/atlas/Resumo%20Executivo/Atlas%20Brasil%20-%20Volume%201%20-%20Panorama%20Nacional.pdf>. Acesso em 03 dez. 2015.
- BENI, M. C.
2008 “Análise Estrutural do Turismo”. São Paulo: Editora Senac São Paulo.
- BRITO, C. M. O.; SÁ, H. S. F.
2014 “Planejamento turístico: estudo de caso da cidade de Belém (PA)”. *Revista Brasileira de Ecoturismo* 7 (1), 138–150.
- BRUMATTI, P.
2013 “O papel do turismo de observação da vida selvagem para a conservação da natureza”. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 6 (4): 191–206.
- BOURLON, F.; MAO, P.
2011 “Las formas del turismo científico en Aysén, Chile”. *Gest. tur.* 15 (1): 74–98.
- CAMPOS, A. M. N.; FERREIRA, E. A.
2006 “A trilha interpretativa da Vila do Americano - PA, Brasil: uma busca por conservação ambiental”. *Turismo em Análise*, 17 (2), 155–169.
- CARVALHO, R. G. A.
2016 “Turismo em Lagoas Costeiras e a Valoração Ambiental em Osório, Rio Grande do Sul”. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade. Universidade de Caxias do Sul – UCS. 143f. Disponível em <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/1656/Dissertacao%20Rita%20Gabriela%20Araujo%20Carvalho.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 03 dez. 2018.
- CAVALCANTE, L. S.; PIRES, P. S.
2015 “O Parque Nacional do Viruá (RR) e a possibilidade da criação de uma Estrada-Parque no seu entorno”. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 8 (4), 372–389.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H.
1998 “Ecoturismo: Naturaleza Y Desarrollo Sostenible”. México: Editorial Diana.
- COOPER, C.
2006 “Lakes as Tourism Destination Resources”. In: HALL, C. M.; HÄRKÖNEN, T (Eds). *Lake tourism: an integrated approach to lacustrine tourism*. Channel View Publications.
- COUTINHO, S. F. S.; SILVA, E. S.; SILVA, P. A.
2014 “Educação Ambiental e sustentabilidade social e ecológica dos lugares turísticos e de lazer”. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 7 (2), 251–268.
- DÁVID, L. et al.
2012 “Lake Tourism and Global Climate Change: An Integrative Approach Based on Finnish and Hungarian Case-Studies”. *Carpathian Journal of Earth and Environmental Sciences*, 7 (1), 121–136.

- DIAS, R.
2011 "A biodiversidade como atrativo turístico: o caso do Turismo de Observação de Aves no município de Ubatuba (SP)". *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 4 (1), 111–122.
- DOLNICAR, S.; LEISCH, F.
2008 "Selective marketing for environmentally sustainable tourism". *Tourism Management*, 29, 672–680.
- FILHA, I. et al.
2013 "Planejamento e Políticas Públicas do Turismo: uma discussão teórica no contexto das Unidades de Conservação do Brasil". *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, 6 (4), 27–44.
- FRANCO, M.; ESTEVÃO, C.
2010 "O papel das parcerias público-privadas de turismo no desenvolvimento regional: proposta de um modelo conceptual / The role of tourism public-private partnerships in regional development: a conceptual model proposal". *Cadernos EBAPE.BR*, 8 (4), 600–612, 2010.
- GÖSSLING, S.
2001 "The consequences of tourism for sustainable water use on a tropical island: Zanzibar, Tanzania". *Journal of Environmental Management*, 61 (2), 179–191.
- HALL, C. M.; HÄRKÖNEN, T.
2006 "Lake tourism: An Introduction to Lacustrine Tourism Systems". In: *Lake tourism: an integrated approach to lacustrine tourism*. Channel View Publications.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
2014 "Rio Grande do Sul – Osório". Disponível em < <http://cod.ibge.gov.br/FC8>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
2010 "Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Rio Grande do Sul". Disponível em <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?uf=43&dados=26#topo_piramide>. Acesso em: 20 set. 2016.
- IGELMO, I. A.
2013 "Design and development of a Sustainable Tourism Indicator based on human activities analysis in Inle Lake, Myanmar". *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, (103), 262–272.
- JIANG B, WONG C, OUYANG Z
2016 "Beneficiary analysis and ecological production function to measure lake ecosystem services for decision-making in China". *Acta Ecol Sin* 36 (8), 2422-2430.
- LANZER, R. M.; CARVALHO, R. G. A.; MAZZONI, A. C.
2017 "The Intersections Between Lacustrine Wildlife Tourism and Conservation: Scientific and Educational Opportunities in the Brazilian Southern Lakes". *Wildlife Tourism, Environmental Learning and Ethical Encounters*. 7 (1), pp 57-69.
- LANZER, R. M.; RAMOS, B. V. C.; MARCHETT, C. A.
2013 "Impactos ambientais do turismo em lagoas costeiras do Rio Grande do Sul". *Caderno Virtual de Turismo*, 13 (1), 134–149.
- LENO CERRO, F.
1993 "Técnicas de Evaluación Del Potencial Turístico". MICYT – Ministerio de Industria, Comercio y Turismo. Madrid: Ministerio de Industria, Comercio y Turismo Centro de Publicaciones.

- LIMBERGER, P. F.; PIRES, P. S.
2014 “A aplicação das metodologias de capacidade de carga turística e dos modelos de gestão da visitação no Brasil”. Revista de Turismo Contemporâneo – RTC, 2 (1), 27–48.
- LOBO, H.; MORETTI, E.
2008 “Ecoturismo: As Práticas na Natureza e a Natureza das Práticas em Bonito, MS”. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR, 2 (1), 43–71.
- MARANHÃO, C. H. S.; AZEVEDO, F. F.
2014 “Os processos de planejamento e gestão do turismo em Natal (RN) e o fomento do turismo de base local: uma articulação necessária”. Revista Brasileira de Ecoturismo, 7 (1), 103–118.
- MARCHETTO, C.
2009 “Recursos Hídricos do Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul”. In: SCHÄFER, A; MARCHETTO, C; BIANCHI, A. (Org.). Recursos hídricos dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar: manual de gestão sustentada. Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- MENEGUEL, C.; ETCHEBEHERE, M.
2012 “Ambientes Fluviais e as Atividades Turísticas Sustentáveis”. In: Seminário de Pesquisa em Turismo no MERCOSUL - SEMINTUR, 7, 2012. Caxias do Sul. Anais... Caxias do Sul. SEMINTUR. Disponível em <http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_7/gt06/arquivos/06/04_37_25_Meneguel_Etchebehere>. Acesso em: 27 jan. 2017.
- MICHAELIS.
2016 “Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa”. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=visitante>>. Acesso em: 04 out. 2016.
- MMA – MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE.
2010 “Mata Atlântica: Patrimônio nacional dos brasileiros”. Brasília: MMA. Disponível em <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/985/1/Mata%20atl%C3%A2ntica%20patrimonio%20nacional%20dos%20brasileiros.pdf>>. Acesso em 15 fev. 2014.
- MOLOKÁČOVÁ, L.; MOLOKÁČ, Š.
2011 “Scientific tourism – Tourism in Science or Science in Tourism?”. Acta Geoturistica, v.2, n.1, p.41-45.
- MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO.
2013 “Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2013”. Brasília, DF: Ministério do Turismo. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Estudo_das_competitividades_65_destinos.pdf>. Acesso em 20 mar. 2015.
- NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R.
2000 “Ecoturismo: Discurso, Desejo e Realidade”. Turismo em Análise, 11 (2), 98–110.
- OMT – Organização Mundial do Turismo/ UNWTO - World Tourism Organization.
2013 “Tourism and Water: Protecting our common future”. Disponível em <http://www.toinitiative.org/fileadmin/docs/ActivityReports/press_rel/Background_paper_Tourism__Water.pdf>. Acesso em: 16 de jan. 2015.
- OMT – Organização Mundial do Turismo/ UNWTO - World Tourism Organization.
2016 “Entender el turismo: Glosario Básico”. Disponível em <<http://media.unwto.org/es/content/entender-el-turismo-glosario-basico>>. Acesso em: 04 set. 2016.

- PEARCE, D.
1988 "Desarrollo turístico: su planificación y ubicación geográficas". México: Trillas.
- PIRES, P. S.
2013 "Proposta para a adequação da tipologia e para a identificação dos componentes biofísicos dos atrativos naturais nos destinos de ecoturismo no Brasil". Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, 7 (3), 398-418.
- PITTOCK J.
2015 "Managing freshwater, river, wetland and estuarine protected areas". In: Worboys GL, Lockwood M, Kothari A et al (eds) Protected area governance and management. ANU Press, Australia, 569-609.
- RAMOS, B. A.; DIAS, R.
2010 "Aspectos de competitividade e complementaridade nos circuitos turísticos de Minas Gerais". Caderno Virtual de Turismo, 10 (3), 15-24.
- RAMOS, B. V. C.; LANZER, R.
2013 "Gestão dos Recursos Hídricos dos Municípios de Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul: Recursos Turísticos". Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- REICHERT, L.; LANZER, R. M.
2015 "O Desenvolvimento Turístico Sustentável em Lagoas Costeiras do Município de Osório, Rio Grande do Sul / Brasil: Características e especificidades destes recursos naturais". Revista TURyDES: Turismo y Desarrollo local, 8 (18), 1-21.
- RUDZEWICZ, L.; GARCIA, J.
2013 "Cartilha de Intenções para o Turismo Local". In: RAMOS, B.; LANZER, R. Gestão dos Recursos Hídricos dos Municípios de Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul: Recursos Turísticos. Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- RUDZEWICZ, L.; LANZER, R. M.; SCHÄFER, A. E.
2011 "Potencialidades do Ecoturismo no litoral médio e sul do Rio Grande do Sul". Revista Brasileira de Ecoturismo, 4 (4), 531, 2011.
- RUDZEWICZ, L.; TEIXEIRA, P.; LANZER, R. M.
2009 "Recursos Hídricos e Turismo no Litoral Médio e Sul do Rio Grande do Sul". IN: SCHÄFER, A; MARCHETTO, C; BIANCHI, A. (Org.). Recursos hídricos dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar: manual de gestão sustentada. Caxias do Sul, RS: EDUCS.
- RUSCHMANN, D. V. M.; PAOLUCCI, L.; MACIEL, N. A. L.
2008 "Capacidade de Carga no Planejamento Turístico: estudo de caso da Praia Brava – Itajaí frente à implantação do Complexo Turístico Habitacional Canto da Brava". Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR, 2 (2), 41-63.
- SANTOS, M. M. C.; PERAZZOLO, O.
2012 "Hospitalidade numa perspectiva coletiva: O corpo coletivo acolhedor". Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTUR, 6 (1), 3-15.
- SCHÄFER, A. E.; LANZER, R. M.; PEREIRA, R. (Org.)
2009 "Atlas socioambiental : municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar". Caxias do Sul, RS: EDUCS. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0Byw_g7Puk0zzeDBrMEs1Z04tRWM/edit>. Acesso em: 27 jan. 2017.

SCHÄFER, A. E.; LANZER, R. M.; SCUR, L.

2013 “Atlas socioambiental dos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal e Palmares do Sul”. Caxias do Sul, RS: EDUCS. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0Byw_g7Puk0zzbjVLSGg4dWdleUk/edit>. Acesso em 27 jan. 2017.

SCHÄFER, A. E.; MARCHETTO, C; BIANCHI, A. (Org.)

2009 “Recursos hídricos dos municípios de Mostardas, Tavares, São José do Norte e Santa Vitória do Palmar: manual de gestão sustentada”. Caxias do Sul, RS: EDUCS.

SILVA, J. D.; TEIXEIRA, R. M.

2014 “Desenvolvimento do turismo em Sergipe: apoio à criação de negócios e parcerias entre o setor público e privado”. Caderno Virtual de Turismo, v.14 (2), 133–149.

SOUZA, L. H.; OLIVEIRA, M. V. N.

2012 “Zoneamento turístico em Áreas Naturais Protegidas: um diálogo entre conservação, oferta de atrativos e perfil da demanda ecoturística”. Revista Brasileira de Ecoturismo, 5 (2), 197–222.

TEIXEIRA, P. R.; LANZER, R. M.

2013 “O Parque Nacional da Lagoa do Peixe (RS) e sua relação com os municípios de entorno: uma visão da comunidade ao desenvolvimento local”. Caderno Virtual de Turismo, 13 (2), 199–212.

VIANA, L. J. T.; CUNHA, D. R.; ANJOS, F. A.

2009 “A comercialização do produto turístico associado à infra-estrutura e desenvolvimento: análise da Rota dos Tropeiros/PR”. Caderno Virtual de Turismo, 9 (2), 48–58.